

SENHORES(A) ACIONISTAS:

A Administração da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2017 (AT17) e ao ano de 2017, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - International Financial Reporting Standards, estabelecido pelo IASB - International Accounting Standards Board. Recomenda-se a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial é um dos maiores fornecedores brasileiros de produtos e serviços de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás. Nossos negócios estão organizados em dois Segmentos: Produtos e Serviços. O Segmento de Produtos produz válvulas industriais, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas e equipamentos para completação de poços. O Segmento de Serviços oferece serviços de intervenção em poços e inspeção, reparação e revestimento de tubulações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO AOS ACIONISTAS E AGENTES DO MERCADO DE CAPITAIS

RETROSPECTIVA 2017

Em 2017 a companhia marchou com firmeza rumo à sua recuperação. Em que pese a crise política que se instalou na metade do ano e que frustrou o que então parecia ser uma tímida recuperação da economia e dos nossos mercados, os avanços não foram poucos. Promovemos a mudança da liderança da Companhia com a contratação de um novo CEO e um novo Diretor de Operações. A nova diretoria, que combina longa experiência no negócio de válvulas e em processos de turnaround empresarial, tem como missão edificar sobre o excelente trabalho desenvolvido pela administração anterior, que resgatou a empresa de um passivo na casa dos R\$ 2,3 bilhões e o trouxe para a casa de um décimo deste montante.

Foi nesse contexto que em fevereiro de 2017, transitou em julgado a homologação do plano de recuperação judicial do grupo Lupatech, o que conferiu segurança para a companhia, seus investidores, credores e parceiros comerciais. Conquanto o ambiente de negócios oferecesse ainda modestas oportunidades de recuperação das vendas, empreendemos grandes esforços no sentido de equacionar passivos tributários e trabalhistas, tendo sido bastante relevantes os resultados atingidos.

OPERAÇÕES INDUSTRIAIS

Nossas unidades de Válvulas Industriais e Válvulas Oil&Gas voltaram a receber a certificação da Petrobras. Esses avanços contribuíram não só para o incremento de 26% das vendas sobre o ano anterior, mas também para a formação de carteira de pedidos.

Ainda que não tenham concluído a reestruturação da unidade de Cabos de Ancoragem pela Petrobras, caminhamos a passos largos nesse sentido, de sorte que esperamos que este processo seja concluído brevemente no início de 2018. Esse negócio, bastante rentável no passado, tem um ciclo de venda e produção na casa dos 2-3 anos. Infelizmente, apesar de ter o maior track record da indústria e ser uma das três líderes do setor, a unidade segue sem atividade desde o ano de 2015. Desde meados de 2016, retomamos contatos com diversos clientes históricos da unidade e pudemos voltar a cotar um volume significativo de projetos de ancoragem que deverão vir a mercado nos anos que se seguem.

Na unidade de Tubulares, a Lupatech obteve um pequeno contrato para revestimentos de tubos de produção, o qual está em curso, com as entregas previstas para o primeiro semestre de 2018.

SERVIÇOS X DESMABILIZAÇÃO

No âmbito de serviços Brasil, os contratos com a Petrobras foram finalizados, com a desmobilização da equipe empregada nas atividades offshore de Macaé, evento este previsto em nossos planos de reestruturação. Esse foi sem dúvida, um dos maiores desafios do ano, tendo a companhia logrado dispor as centenas de colaboradores honrando todas as obrigações trabalhistas.

Se num primeiro momento essa desmobilização consumiu um significativo montante de recursos, num futuro próximo deverá reverter em fonte de caixa para abastecer as operações, haja vista os cerca de US\$ 12 milhões em equipamentos disponíveis para venda. Ainda no negócio de Serviços, em consumação da estratégia de desinvestimento, foi efetuada uma operação de venda parcial da empresa colombiana, concomitante à sua recapitalização pelo sócio *Petroalanza International Ltd.*, que passou a deter 49,0% da companhia. Com a transação, foram auferidos recursos no montante de US\$ 3,7 milhões, que foram utilizados para o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas, da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S para a *Petroalanza International Ltd.* Isto não significa que tenha cessado o interesse dos sócios em prosseguir com a aquisição, pelo contrário, seguem tratativas nesse sentido.

REORGANIZAÇÃO DE PASSIVOS E ADESAO AO PERT

A publicação das medidas provisórias 783/2017 e 807/2017 e que culminaram com a promulgação da Lei 13.496/2017, permitiu que a Lupatech, em 14 de novembro de 2017, promovesse a adesão ao - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. As condições do programa foram especialmente benéficas para a Lupatech, visto que cada uma de suas entidades legais pode se beneficiar do PERT em sua máxima extensão, com a quitação mediante o pagamento de valores reduzidos em numerário, complementados pelo uso de prejuízos fiscais.

A Companhia com o referido programa, reorganizou o montante de R\$ 105,0 milhões do seu passivo, além de reduzir o montante de seus passivos e contingências, o esforço da gestão das contingências passou a ser focado em um número menor de contingências estratégicas, associadas a arbitramento de lucro, amortização de ágio, incidência de ICMS em exportações e retenções de impostos na fonte.

A adesão exigiu pagamento de R\$ 4,7 milhões em espécie, e para a liquidação do restante, foram utilizados R\$ 42,5 milhões em prejuízos fiscais acumulados do Grupo (R\$ 31,1 milhões referente a débitos de competência da Secretaria Federal do Brasil, e R\$ 11,4 milhões a débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e mais R\$ 18,0 milhões de prejuízos fiscais de sociedades investidas e cobrigados tributários, em conformidade com as condições do PERT.

Relatório da Administração

O referido programa gerou um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos que totaliza R\$ 40,9 milhões, além de representar mais um importante passo da Companhia em seu processo de reestruturação. Além dos benefícios obtidos com o PERT, diversas iniciativas da companhia, tanto na esfera administrativa, como judicial reverteram em significativa redução das contingências. Em especial, a companhia teve êxito em um mandato de segurança visando assegurar o direito de retificar suas declarações tributárias de exercícios anteriores a fim de expurgar impostos declarados sem que houvesse a obrigação legal de fazê-lo. Essa decisão, proferida no início de 2018, já teve seus efeitos no balanço de 2017 como evento subsequente, resultando em uma redução de passivo de R\$ 38,5 milhões.

Os esforços em reduzir as contingências tiveram substanciais avanços no curso de 2017, como demonstrado a seguir:

Contingências Prováveis (R\$ mil)	2015	2016	2017
TRABALHISTAS	65.306	62.288	43.126
CIVIS	10.776	10.308	6.855
TRIBUTÁRIAS	49.219	51.381	4.429
TOTAL EXPECTATIVA DE PERDA PROVÁVEL	125.301	123.977	54.410

Grosso modo, na frente tributária a companhia segue litigando algumas poucas causas de grande valor, onde crê que os créditos pleiteados pelo fisco não existem. A maior parte das contingências tributárias estimadas como possíveis comprovando atuações com contornos de lucro originadas em deficiências, várias no cumprimento de obrigações acessórias (deficiências estas sanadas), em atos que não escapam à realidade fática de que as entidades legais respectivas tiveram prejuízos milionários nos exercícios correspondentes. Há também atuações que reclamam a cobrança de ICMS em operações de exportação. A companhia e seus assessores legais creem que essas cobranças questionáveis provavelmente serão corrigidas no curso processual.

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES E PAGAMENTO DOS CREDORES CLASSE I DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (NOTA EXPLICATIVA 3)

Objetivando a obtenção de captação de recursos para promover o pagamento de parte dos créditos de natureza trabalhista, e outros créditos não sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 28 de novembro de 2017, a 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, em série única, de espécie quinquagratia, para colocação privada, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 30,0 milhões de reais.

Tal emissão, concluída com êxito em janeiro de 2018 com a subscrição de R\$ 29,3 milhões em debêntures, visou principalmente a instrumentalização do pagamento de créditos de natureza trabalhista, nos termos do plano de recuperação judicial. Os credores dessa classe puderam subscrever essas debêntures com seus créditos, facilidade essa que foi estendida também aos credores não sujeitos à Recuperação Judicial, com o objetivo de aliviar o fluxo futuro de desembolsos pela Companhia.

A Companhia praticou todos os atos necessários ao pagamento dos credores da Classe I aptos à tal, segundo prévia do quadro geral de credores da Classe I informado pela administração judicial da Companhia em 30 de janeiro de 2017. Os credores que não optaram pela subscrição de Debêntures conversíveis em ações da 3ª emissão da Lupatech S.A. terão seus créditos satisfeitos pela adjudicação de ações da CIAVAL Administração de Bens e Direitos S.A. sociedade de propósito específico constituída com o objetivo de viabilizar a adjudicação de ativos do devedor em pagamento dos credores, na forma do art. 50 XVI da Lei 11.101.

A CIAVAL foram verificados ativos no montante de R\$35,4 milhões, equivalentes na data a 2,6 vezes os créditos líquidos listados como aptos ao pagamento, comportando assim substancial reserva para os créditos que se tornarem exigíveis futuramente.

PERSPECTIVAS

As perspectivas econômicas para 2018 são positivas, o que deve estimular o nosso negócio de válvulas industriais. Também são bons os ventos que sopram no setor de óleo e gás, com a retomada de diversos projetos pela Petrobrás e a notícia de importantes manutenções nas plataformas em operação.

Como se vê no balanço que apresentamos, a situação patrimonial do Grupo Lupatech melhorou. A conversão de debêntures já notificada e as que acontecerão mandatoriamente nos anos que seguirão, virão reforçar a posição patrimonial da companhia que noticiamos e a de 2017 em R\$ 9,14 por ação.

É fato que o Grupo Lupatech ainda tem pendências significativas provenientes do legado e da reestruturação, e há unidades de negócio operando ainda abaixo do ponto de equilíbrio. Com as medidas já tomadas e o recrudescimento das vendas, não deve tardar para que voltemos a uma condição de geração de caixa operacional.

Em razão do consumo de caixa das operações e das necessidades futuras de capital de giro, a companhia precisará assegurar liquidez para a execução de seu plano de negócios, seja pela desmobilização de ativos do negócio de Serviços (Colômbia e equipamentos), seja pela venda de imóveis, seja pelo acesso ao mercado de capitais. Em 2017 essas alternativas eram bastante desafiadoras, mas a melhoria de perspectivas nos dá bastante confiança na viabilidade de realização de algumas destas transações.

Por fim, embora as incertezas da economia e do mercado dificultem a ancoragem de expectativas de curto prazo, trabalhamos com metas de médio prazos com a capacidade instalada e a demanda esperada. Julgamos importante que, após tantos desafios, o mercado conheça nossos valores: trabalhamos para que, num horizonte de 5 anos, a companhia atinja vendas líquidas de R\$ 550 milhões em 2022 (equivalentes a 80% da capacidade instalada), com margem EBITDA de 17 a 23%. Obviamente, a consecução dependente dos Acórdãos da 2ª Câmara Reservada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Considerando o ponto de partida, são objetivos certamente desafiadores. Mas olhando o passado da empresa, são números razoáveis para um player do gabarito e do porte da Lupatech, com seu histórico de liderança.

Rafael Gorenstein

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Nota explicativa	31/12/2017	01/01/2016	31/12/2017	01/01/2016	Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	123	3.125	2.135	1.233
Títulos e valores mobiliários	6	807	1.541	1.163	807	1.541
Contas a receber de clientes	7	6.051	16.818	17.883	26.906	44.912
Estoques	8	22.106	30.395	31.351	59.184	56.691
Impostos a recuperar	9	4.317	5.650	5.869	26.101	29.603
Adiantamento a fornecedores		704	820	2.313	13.534	14.095
Outras contas a receber	10	1.612	3.813	1.260	4.556	6.394
Despesas antecipadas		1.111	1.368	1.198	1.264	3.285
Empresas ligadas	16.1	7.477	84.809	4.608	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	31	-	-	15.284	89.854	4.790
Total do ativo circulante		44.191	145.537	84.054	224.321	162.544
Não Circulante						
Depósitos judiciais	19.3	2.081	1.663	857	31.222	24.657
Títulos e valores mobiliários	6	927	2.046	5.640	927	2.046
Impostos a recuperar	9	13.418	6.101	6.150	41.759	37.040
Empresas ligadas	16.1	26.282	25.804	31.073	-	-
Outras contas a receber	10	7.098	6.724	6.130	13.505	16.885
Ativos classificados como mantidos para venda	31	3.513	-	-	3.932	-
Investimentos						
Investimentos em controladas e coligadas	11.1	375.419	356.588	455.056	-	-
Outros investimentos		90	90	90	676	676
Imobilizado	12	73.249	82.786	86.497	143.178	281.730
Intangível						
Ágio na aquisição de investimentos	13	55.414	55.414	55.414	101.333	100.936
Outros intangíveis	13	13.740	14.798	16.242	14.427	15.776
Total do ativo não circulante		571.231	552.014	665.149	350.959	479.746
Total do Ativo		615.422	697.551	749.203	575.280	642.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	14	6.443	5.517	5.894
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	14	7.719	6.517	6.517
Emprestimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	15	14.998	11.343	9.229
Salários, provisões e contribuições sociais		3.528	4.201	7.983
Comissões a pagar	20	4.084	8.543	10.795
Impostos a recolher		18.596	32.628	33.462
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		2.199	1.905	3.045
Adiantamento de clientes		1.003	1.105	2.023
Provisão multas contratuais		-	-	620
Participação no resultado		18	1.986	2.020
Outras contas a pagar	16.1	32.597	69.993	86.881
Empresas ligadas		94.026	144.641	170.168
Total do passivo circulante		14	73.247	65.862
Não Circulante				
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	14	73.247	65.862	72.018
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	14	-	-	67
Emprestimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	15	77.248	69.149	81.581
Emprestimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	15	-	-	5.792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	28.710	30.018	73.943
Impostos a recolher	20	4.671	5.734	4.602
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis	19.1	8.572	10.820	4.381
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		8.184	-	8.184
Outras contas a pagar	18	1.096	1.096	3.223
Empresas ligadas	16.1	225.416	264.003	224.301
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	11.2	8.434	19.180	3.660
Total do passivo não circulante		435.578	465.862	336.517
Patrimônio Líquido	21	1.853.684	1.853.684	1.853.684
Capital social		6.341	6.341	6.341
Reserva de capital		136.183	136.183	136.183
Reservas e transações de capital		13.549	13.549	13.549
Opções de aquisição patrimonial		65.617	65.617	65.617
Prejuízos acumulados		(1.989.908)	(1.988.326)	(2.016.634)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		85.818	87.048	113.453
Atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	26.325
Total do patrimônio líquido		85.818	87.048	113.453
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		615.422	697.551	749.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de Dezembro de 2015	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total da Participação dos Controladores	Participação das Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
1.853.684		149.732	(2.036.774)	126.671	93.313	93.313	-	93.313
2.1.1		-	20.140	-	20.140	-	-	20.140
1.853.684		149.732	(2.016.634)	126.671	113.453	113.453	-	113.453
		-	23.326	-	23.326	-	-	23.326
		-	6.341	-	6.341	-	-	6.341
		-	-	-	(56.072)	-	-	(56.072)
		-	4.982	-	(4.982)	-	-	-
1.853.684		156.073	(1.988.326)	65.617	87.048	87.048	-	87.048
		-	(4.102)	-	(4.102)	-	1.385	(2.717)
		-	-	-	2.872	-	-	2.872
		-	-	-	-	-	24.940	24.940
1.853.684		156.073	(1.989.908)	65.969	85.818	85.818	26.325	112.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto Prejuízo líquido por ação, ou quando indicado)

1. Contexto operacional: A Lupatech S/A - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e suas controladas e associadas (coletivamente o "Grupo") é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA" LUPA3) e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADRI (LUPAD). O Grupo que atua em dois segmentos de negócios: **Produtos e Serviços** e conta com 666 colaboradores no Brasil e na Colômbia. No **Segmento de Produtos**, a Companhia produz válvulas industriais, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas e equipamentos para completação de poços. No **Segmento de Serviços**, a Companhia oferece serviços de intervenção em poços e inspeção, reparação e revestimento de tubulações. A Petrobrás é o principal cliente do Grupo e representou aproximadamente 20,4% da receita líquida total da Companhia em 2017 (53,2% em 2016). Ambos os segmentos de atuação do Grupo são afetados por recortes oriundos da Petrobrás. **1.1 Continuidade operacional:** A Companhia buscou superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos. A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$36.951 em dezembro de 2015) e a venda de participações societárias (R\$29.599 em 2016 e R\$11.788 em 2017). Outras medidas contidas no plano que foram executadas referem-se a vendas de ativo imobilizado da Companhia, e a concentração da dívida concursal das empresas brasileiras do Grupo econômico na Lupatech S/A, como principal pagadora, remanescente à solidariedade das demais empresas recuperadas. No curso do exercício, a Companhia foi capaz de injetar o capital de giro e executar os investimentos requeridos pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar da maneira esperada à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos. A Administração tem conduzido ações e negociações, com apoio de seus assessores financeiros, que podem incluir transações de capital e/ou desinvestimentos de ativos, entre outros, visando a obtenção de recursos financeiros. Durante o ano de 2016 e de 2017, a Administração deu continuidade às negociações e considerando o andamento e estágio atual dessas ações, e se tem a expectativa de que recursos adicionais serão obtidos no decorrer de 2018. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$18.269 na controladora e R\$38.802 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$21.394 na controladora e R\$39.238 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e, em 31 de dezembro de 2017, o total de passivo circulante da Companhia excedeu o total de ativo circulante em R\$49.835 na controladora, e no consolidado o total de ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em R\$97.701 (Em 31 de dezembro de 2016 o total de ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em R\$896 na controladora e R\$21.418 no consolidado). Em que pese a melhoria nos resultados, a continuidade depende não só da melhoria do desempenho, mas também da capacidade da Companhia obter recursos adicionais, sejam provenientes de terceiros, sejam oriundos da venda de ativos. **1.2 Recuperação Judicial: I. Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupate**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto Prejuízo líquido por ação, ou quando indicado)

Consolidado										
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.057	56.347	452.841	18.900	10.092	10.683	80.853	34.866	677.639	
Adições	-	-	2.249	34	14	223	543	-	3.063	
Alienações	-	-	(29.705)	-	41	12	-	77	(29.575)	
Transferências	-	-	26.432	-	6	-	(26.432)	-	6	
Efeito da conversão de controladas no exterior	(22)	(45)	(41.886)	-	(65)	(191)	(6.591)	(1.718)	(50.518)	
Reversão de provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	28.387	-	-	-	-	-	28.387	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	(8.247)	-	-	-	-	-	(8.247)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.035	56.302	430.071	18.934	10.088	10.727	48.373	33.225	620.755	
Adições	852	-	2.423	5	50	24	219	685	4.206	
Alienações	(199)	(865)	(34.736)	(3.564)	(41)	(28)	(176)	(2.556)	(42.161)	
Transferências	-	-	-	(9)	5	(3)	-	-	(3)	
Efeito da conversão de controladas no exterior	39	7	3.394	5	10	31	565	152	4.198	
Reversão de provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(17.326)	-	(82)	-	-	-	(15.241)	
Venda de ativos mantidos para venda	-	-	8.247	-	-	-	-	-	8.247	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(1.168)	(5.703)	(222.974)	(149)	(4.237)	-	(28.889)	(15.579)	(278.699)	
Reversão de ajuste a valor justo combinação de negócio SABR	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.345)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.559	49.741	169.099	15.740	5.875	10.706	16.747	17.490	297.957	

Consolidado										
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(12.868)	(263.397)	(7.616)	(7.257)	(9.916)	-	(21.713)	(322.777)	
Adições	-	(1.362)	(41.426)	(860)	(598)	(559)	-	(1.703)	(46.528)	
Alienações	-	-	5.082	-	(25)	17	-	(82)	4.991	
Transferências	-	-	-	-	(6)	-	-	-	(6)	
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	21.029	-	47	160	-	584	21.837	
Reversão de provisão para ativos mantidos para venda	-	-	3.458	-	-	-	-	-	3.458	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(14.233)	(275.254)	(8.476)	(7.850)	(10.286)	-	(22.914)	(339.025)	
Adições	-	(1.366)	(18.671)	(722)	(407)	(129)	-	(865)	(22.217)	
Alienações	-	-	21.637	-	2.437	78	-	2.548	27.596	
Transferências	-	-	-	-	8	(5)	-	-	3	
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(2.427)	-	(9)	(30)	-	(121)	(2.590)	
Venda de ativos mantidos para venda	-	-	(3.458)	-	3	-	-	-	(3.458)	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	2.903	182.901	108	3.607	-	-	15.393	184.911	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(11.840)	(115.272)	(6.645)	(4.627)	(10.436)	-	(5.959)	(154.779)	

Consolidado										
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.057	43.479	189.444	11.284	2.825	767	80.853	13.153	354.862	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.035	42.069	154.817	10.458	2.238	429	48.373	10.311	281.730	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.559	37.901	53.827	9.095	1.248	270	16.747	11.531	143.178	

Há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de passivos em 31 de dezembro de 2017, passivos estes nos seguintes montantes:

	Imobilizado	
	Controladora	Consolidado
Passivo garantido	14.791	14.949
Tributário (Execuções fiscais)	38.464	54.849
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	53.255	69.798
Arrendamentos mercantis: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui através da controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. arrendamento mercantil financeiro no montante de R\$12.101 (R\$8.854 em 31 de dezembro de 2016). Impairment: Em 2016, com base nos laudos efetuados de avaliação de imobilizado, foram realizados testes de <i>impairment</i> , e identificado recuperação de provisão por perda de <i>impairment</i> de R\$28.387 no consolidado. Em 2017, após novas análises baseadas em novos laudos, foram efetuados ajustes líquidos nas provisões por <i>impairment</i> de diversos ativos do imobilizado da Companhia representando uma perda de R\$15.241. Depreciação: Em 2017, conforme CPC 27, a Companhia registrou reversão de provisão de depreciação, no valor de R\$3.995 (US\$1.212 mil), referente a máquinas e equipamentos localizados na controlada indireta UNAP International Ltd., que se encontravam sem operação e sem intenção de operar, e estarão disponíveis para venda após liberação do Juízo de Recuperação Judicial da Companhia.	17	21.029
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.233)	(275.254)
Adições	(1.366)	(18.671)
Alienações	859	21.637
Transferências	-	-
Efeito da conversão de controladas no exterior	(3)	(2.427)
Venda de ativos mantidos para venda	-	(3.458)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	2.903	182.901
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.840)	(115.272)

13. Intangíveis

Taxa ponderada de amortização % ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ágios na aquisição de investimentos (*)	55.414	55.414	101.333	100.936
Softwares e outras licenças	619	1.061	990	1.670
Desenvolvimento de novos produtos	13.121	13.737	13.437	14.106
Total	69.154	70.212	115.760	116.712

(*) Na Controladora representa o saldo de ágio das controladas incorporadas. Síntese de movimentação do intangível:

Custo do intangível bruto	Controladora		Desenvolvimento de novos produtos		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	55.414	10.612	19.988	86.024	
Adições	-	69	81	150	
Transferências	-	(1.016)	713	(303)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.414	9.665	20.702	85.871	
Adições	-	14	27	41	
Baixa para venda como estoque	-	-	(59)	(59)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.414	9.679	20.760	85.853	

Amortização acumulada	Controladora		Desenvolvimento de novos produtos		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(7.905)	(6.463)	(14.368)		
Adições	(618)	(976)	(1.594)		
Transferências	(81)	384	303		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(8.604)	(7.055)	(15.659)		
Adições	(456)	(584)	(1.040)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(9.060)	(7.639)	(16.699)		

Ágios na aquisição de investimentos	Controladora		Desenvolvimento de novos produtos		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	55.414	2.707	13.535	71.656	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.414	1.061	13.737	70.212	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.414	619	13.121	69.154	

Custo do intangível líquido	Controladora		Desenvolvimento de novos produtos		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.459	11.491	22.087	137.037	
Adições	-	88	83	171	
Transferências	-	1.146	(31)	1.115	
Efeito da conversão de controladas no exterior	(2.523)	-	-	(2.523)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.936	12.725	22.139	135.800	
Adições	-	14	28	42	
Baixa para venda como estoque	-	-	(59)	(59)	
Efeito da conversão de controladas no exterior	397	-	-	397	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	101.333	12.739	22.108	136.180	

14. Fornecedores:

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Consolidado	Total	Controladora	Consolidado	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	6.848	120.197	127.045	6.848	120.197	127.045
Estrangeiros	871	8.746	9.617	871	8.746	9.617
(-) Ajuste a valor presente	-	(55.696)	(55.696)	-	(55.696)	(55.696)
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial	7.719	73.247	80.966	7.719	73.247	80.966
Nacionais	6.344	-	6.344	23.888	67	23.955
Estrangeiros	99	-	99	1.376	97	1.473
Total	6.443	-	6.443	25.264	67	25.331
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(75.793)	(75.793)	(75.793)
Total	14.162	73.247	87.409	32.983	73.314	106.297

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Consolidado	Total	Controladora	Consolidado	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	6.848	120.197	127.045	6.848	120.197	127.045
Estrangeiros	871	8.746	9.617	871	8.746	9.617
(-) Ajuste a valor presente	-	(55.696)	(55.696)	-	(55.696)	(55.696)
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial	7.719	73.247	80.966	7.719	73.247	80.966
Nacionais	6.344	-	6.344	23.888	67	23.955
Estrangeiros	99	-	99	1.376	97	1.473
Total	6.443	-	6.443	25.264	67	25.331
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(75.793)	(75.793)	(75.793)
Total	14.162	73.247	87.409	32.983	73.314	106.297

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Consolidado	Total	Controladora	Consolidado	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	6.848	120.197	127.045	6.848	120.197	127.045
Estrangeiros	871	8.746	9.617	871	8.746	9.617
(-) Ajuste a valor presente	-	(55.696)	(55.696)	-	(55.696)	(55.696)
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial	7.719	73.247	80.966	7.719	73.247	80.966
Nacionais	6.344	-	6.344	23.888	67	23.955
Estrangeiros	99	-	99	1.376	97	1.473
Total	6.443	-	6.443	25.264	67	25.331
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(75.793)	(75.793)	(75.793)
Total	14.162	73.247	87.409	32.983	73.314	106.297

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Consolidado	Total	Controladora	Consolidado	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	6.848	120.197	127.045	6.848	120.197	127.045
Estrangeiros	871	8.746	9.617	871	8.746	9.617
(-) Ajuste a valor presente	-	(55.696)	(55.696)	-	(55.696)	(55.696)
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial	7.719	73.247	80.966	7.719	73.247	80.966
Nacionais	6.344	-	6.344	23.888	67	23.955
Estrangeiros	99	-	99	1.376	97	1.473
Total	6.443	-	6.443	25.264	67	25.331
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(75.793)	(75.793)	(75.793)
Total	14.162	73.247	87.409	32.983	73.314	106.297

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Consolidado	Total	Controladora	Consolidado	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	6.848	120.197	127.045	6.848	120.197	127.045
Estrangeiros	871	8.746	9.617	871	8.746	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores **Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial** - Nova Odessa - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Recuperação judicial:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem qualquer ressalva, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 38.802 mil e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa dependem do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.1, em decorrência dos ajustes para correção de erros identificados em 2017 com relação às demonstrações financeiras de 2016, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidados como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Avaliação de perda ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e ágio (goodwill) - Controladora e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm enfrentado dificuldades na geração de lucros e de fluxos de caixa suficientes em suas operações e estão em processo de recuperação judicial. Com a identificação desses indicadores a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") onde estão alocados o imobilizado e o ágio conforme as notas explicativas nº 12 e nº 13. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada

UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Efetuamos ainda a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas ao assunto. **Provisões e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis - Controladora e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Devido ao grau de incerteza, à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a mensuração de perdas, incluindo a avaliação do julgamento significativo sobre a determinação das probabilidades e dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e/ou divulgados, e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante todos os períodos apresentados. Para determinarmos a adequada utilização de premissas no julgamento realizado pela Companhia, analisamos os posicionamentos e opiniões dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia que fundamentaram os seus entendimentos e julgamentos. Para as estimativas de perdas trabalhistas e cíveis, recalculamos os critérios de constituição de provisão com base na política determinada pela Companhia e comparamos com dados e informações. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, obtivemos o adequado entendimento da exposição a riscos tributários relacionados aos requerimentos legais impostos ao negócio e opiniões legais obtidas pela Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecemos informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis que a Companhia está envolvida. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 28 de março de 2017, sem ressalvas. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e os respectivos saldos iniciais. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e sobre o balanço patrimonial individual e consolidado de 1º de janeiro de 2016, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2016. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2018